

3. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA.

Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Arentim e Cunha e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: Solicitação da Presidente da Assembleia Municipal de Braga - Emissão de Parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal - Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RJCMEF) – União das freguesias de Arentim e Cunha– Processo de Desagregação.

Remeto para deliberação do Executivo Municipal o Parecer do Departamento Jurídico sobre a proposta de desagregação da União de Freguesias de Arentim e Cunha e também da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) que terminam por concluir que:

1. Os requisitos previstos na Lei nº 39/2021, de 24 de junho - Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias são de verificação cumulativa e obrigatória;
2. A pretensão de desagregação não cumpre objetivamente o critério de "população" previsto no nº 1, da alínea a) do artigo 7º em referência, que obriga a que o número de eleitores de ambas as freguesias – a de origem e a criar - não pode ser inferior a 750 eleitores, conforme é, aliás, referido expressamente pela União de Freguesias proponente.

Assim, não se poderá fazer análise sobre a viabilidade da pretensão, que respeitamos e que é corolário do princípio da autodeterminação das populações; não sendo esta uma proposta política, mas sim meramente formal assente nos referidos pareceres jurídicos, de cariz estritamente legal, estribada somente no Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias atualmente em vigor.

Braga, 03 de janeiro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Dr. Ricardo Rio

PARECER:

ASSUNTO: Solicitação da Ex.ma Presidente da Assembleia Municipal de Braga - Emissão de Parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal - Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RJCMEF) – União das Freguesias de Arentim e Cunha – Processo de Desagregação das Freguesias de Arentim e Cunha

I. Por solicitação da Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal, por email de 30 de dezembro, é enviado a esta Câmara Municipal pedido de parecer relativamente à proposta de desagregação da União de Freguesias de Arentim e Cunha, em conformidade com o estabelecido no nº 3, do artigo 12º Lei nº 39/2021, de 24 de junho (doravante RJCMEF) , remetendo para o efeito a documentação, em anexo, que aqui se dá como reproduzida.

Ora,

II -A proposta de desagregação em causa visa prevalecer-se do regime especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º da referida Lei nº 39/2021.

Com efeito, além do procedimento geral de criação de freguesia regulado nesta Lei, prevê esta ainda um procedimento especial, simplificado e transitório a que se refere o artigo 25º da mesma Lei.

A presente Lei entrou em vigor passados 180 dias – 6 meses –após a sua publicação – isto é, em 21 de dezembro de 2021: antes desse momento não podia ser desencadeado o procedimento especial aqui consagrado. Após a entrada em vigor desta Lei, o início do procedimento aqui previsto deve ocorrer no prazo de um ano – ou seja, até 21 de dezembro de 2022. Caso tal procedimento não se concretize, nada obsta a que se possa lançar mão do procedimento geral e normal plasmado neste mesmo diploma.

A propósito do prazo relativo a este procedimento especial a que alude o nº 2, do artigo 25º da mesma Lei, cumpre, todavia, referir que não é unânime o entendimento sobre se

tal prazo implica que o processo deva ser enviado até à data de 21 de dezembro à Assembleia da República, embora a melhor doutrina propenda a sustentar que a apresentação da proposta de desagregação só poderá dar entrada na(s) Assembleia(s) de Freguesia após 21 de dezembro de 2021, mas terá de ocorrer forçosamente até 21 de dezembro de 2022, assim se cumprindo a Lei¹.

Na exposição que se segue, realçaremos a sublinhado os excertos dos artigos que, na presente situação e para a nossa análise, revestem mais interesse.

O artigo 25º, que estabelece um **procedimento especial, simplificado e transitório**, preceitua, pois, o seguinte:

Artigo 25.º

Procedimento especial, simplificado e transitório

1 - A agregação de freguesias decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, **pode ser transitoriamente corrigida, se fundamentada em erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações, e desde que cumpra os critérios previstos nos artigos 5.º a 7.º, com exceção do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º da presente lei.**

2 - O procedimento previsto no n.º 1 tem início no prazo de um ano após a entrada em vigor da presente lei, através dos procedimentos definidos nos artigos 10.º a 13.º, na sequência de deliberação por maioria simples das respetivas assembleias de freguesia e assembleia municipal.

3 - A desagregação de freguesias prevista no presente artigo respeita as condições em que as mesmas foram agregadas anteriormente, não podendo, em caso algum, dar origem a novas ou diferentes uniões de freguesias.

¹ Nas palavras de CARLOS BATALHÃO, “De facto, decorre expressamente da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho que o procedimento do artigo 25.º deve ter início até 21 de dezembro de 2022, sendo que o mesmo se inicia com o cumprimento do artigo 10.º, segue depois os seus trâmites obrigatórios de acordo com o disposto nos artigos 11.º a 13.º e termina com a apreciação na Assembleia da República de acordo com o vertido no artigo 13.º. Seguindo a opinião mais comum que dá especial relevo ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º, que determina que a eleição dos titulares dos órgãos das freguesias ocorre na data da realização, a nível nacional, das eleições autárquicas seguintes, o que in casu, significa 2025, este será, também quanto ao procedimento especial do artigo 25.º, o “prazo final” relativamente ao qual (6 meses antes) poderá ser criada a nova freguesia (cfr. artigo 15.º, n.º 1), pelo que, diríamos, o procedimento especial do artigo 25.º terá de ter início até 21 de dezembro de 2022 (com a apresentação da Proposta na assembleia de freguesia) e deverá estar terminado até 6 meses antes da data das próximas eleições autárquicas nacionais de 2025 (com a aprovação na Assembleia da República)”.

III -Os critérios previstos nos artigos 5º a 7º são os seguintes:

Artigo 5.º

Prestação de serviços à população

1 - O critério da prestação de serviços à população deve ter em conta os seguintes requisitos:

a) **A garantia de vir a ter o mínimo de um trabalhador com vínculo de emprego público a transitar do mapa do pessoal da junta ou juntas de freguesia de origem, ou da respetiva câmara municipal;**

b) **A existência de edifício adequado à instalação da sede da freguesia.**

2 - Para além dos previstos no número anterior, exige-se ainda a verificação de pelo menos quatro dos seguintes requisitos, quer para as novas freguesias, quer para as freguesias que lhes dão origem:

a) A existência de um equipamento desportivo;

b) A existência de um equipamento cultural;

c) A existência de um parque ou jardim público com equipamento lúdico ou de lazer infantojuvenil;

d) A existência de um serviço associativo de proteção social dos cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência, desde que tenha âmbito territorial do município;

e) A existência de uma coletividade que desenvolva atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais.

3 - Nos territórios do interior, identificados no anexo à Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, exige-se a verificação de pelo menos três dos requisitos previstos nas alíneas do número anterior.

(A União de Freguesias proponente não é enquadrável na legal definição de «território do interior», nos termos previstos no Anexo à Portaria n.º 208/2017, de 3 de julho).

Artigo 6.º

Eficácia e eficiência da gestão pública

1 - O critério da eficácia e eficiência da gestão pública deve ter em conta **a viabilidade económico-financeira das freguesias, a demonstrar em relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.**

2 - A freguesia a criar deve ter uma participação mínima no Fundo de Financiamento de Freguesias correspondente a 30 % do valor daquele fundo atribuído à freguesia ou freguesias que lhe dão origem.

Artigo 7.º

População e território

1- O critério população deve ter em conta os seguintes requisitos:

- a) **O número de eleitores não pode ser inferior a 750 eleitores por freguesia;**
- b) Nos territórios do interior, identificados no anexo à Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, o número de eleitores não pode ser inferior a 250 eleitores por freguesia (*A União das Freguesias proponente não é enquadrável na legal definição de «território do interior», nos termos previstos no Anexo à Portaria n.º 208/2017, de 3 de Julho*).

2- O critério território deve ter em conta os seguintes requisitos:

- a) A área da freguesia não pode ser superior a 25 % da área do respetivo município;
- b) Nas freguesias urbanas, a área não pode ser inferior a 2 % da área do município;
- c) O território das freguesias é obrigatoriamente contínuo.

3- Os critérios referidos nos números anteriores são cumulativos.

4 - Para efeitos de verificação dos critérios dos n.os 1 e 2 devem observar-se os dados oficiais da Direção-Geral das Autarquias Locais.

IV. Ora, estes requisitos, excecionados aqueles que o próprio procedimento especial, simplificado e transitório do artigo 25º exceciona e que são os do n.º 2 do artigo 6.º (o da freguesia a criar deve ter uma participação mínima no Fundo de Financiamento de Freguesias correspondente a 30 % do valor daquele fundo atribuído à freguesia) e o do n.º 2 do artigo 7.º da Lei (o critério do território) **são cumulativos.**

V. Neste sentido, pronunciou-se a DGAL, conforme PARECER que nos foi transmitido, via email datado de 18 de outubro.

VI. Acresce que ainda que não se proceda à análise dos elementos instrutórios que acompanham a proposta de desagregação, não podemos deixar de salientar, que a Lei prevê um procedimento deliberativo complexo (artigos 10.º a 13.º), que é precisamente aplicável à desagregação de uma união de freguesias «decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro» (n.º 1 do artigo 25.º), obrigando a uma sua instrução minuciosa, por parte dos órgãos da freguesia, particularmente, da assembleia de freguesia, como a:

- ❖ Indicação do (a):
 - Denominação;
 - Delimitação territorial e a sede propostas;
 - Modelo de criação de freguesia aplicável;
 - Exposição de todos os motivos que fundamentam a criação, devidamente justificados com base nos critérios elencados nos artigos 4.º a 9.º
 - Devendo ainda ser acompanhada de todos os documentos considerados relevantes para a sua apreciação, nomeadamente:
 - Mapa à escala 1:25 000 da área da nova freguesia;
 - Mapa à escala 1:25 000 das freguesias de origem, indicando as alterações a introduzir no respetivo território;
 - Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia;
 - Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia.
- ❖ Além da evidência do cumprimento dos critérios previstos nos artigos 5.º a 7.º, com exceção do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º;
- ❖ Obrigando também à apresentação do relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, demonstrativo da viabilidade económico-financeira da Freguesia a criar.

Assim, cingindo-nos a uma análise meramente formal - já que outra não poderemos evidentemente fazer - e não nos competindo a apreciação dos elementos instrutórios que nos são presentes, verificamos, desde logo, que a proposta de desagregação em causa, como é, aliás, referido expressamente pela União das Freguesias proponente, não cumpre objetivamente o critério população previsto no nº 1, da alínea a) do artigo 7º em referência, que obriga a que o número de eleitores de ambas as freguesias – a de origem e a criar - não pode ser inferior a 750 eleitores, de acordo com a informação oficial da Direção Geral das Autarquias Locais.

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO (art.º 7.º)

O número de eleitores não pode ser inferior a 750 eleitores por freguesia

Arentim	Cunha
✓ 775	X 569 – Não cumpre

Importa referir que o Parecer a emitir pelo Órgão Executivo é obrigatório, mas não vinculativo e que a ausência de Parecer no prazo de 15 dias úteis equivale a Parecer favorável, prosseguindo o procedimento de criação em conformidade. Significa, portanto, que mesmo que não seja emitido o parecer no prazo devido, o processo não só avança na mesma, como se considera que merece o parecer favorável do Órgão Executivo, havendo, pois, um deferimento tácito positivo, como resulta do disposto nos nºs 3 a 5 do artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho.

Subsequentemente, o próximo passo a dar é da competência da Assembleia Municipal, sendo que a proposta de desagregação necessita da aprovação deste órgão para poder avançar, como se alcança do nº 6 do mesmo artigo 12º. No âmbito deste regime especial, basta uma aprovação da Assembleia Municipal, por maioria simples.

Merecendo aprovação deste órgão² a proposta de criação de freguesias é remetida pela Presidente da Assembleia Municipal ao Presidente da Assembleia da República a fim de ser apreciada e aprovada por aquele Órgão de Soberania, nos termos do artigo 13º do mesmo Regime e a quem compete a “decisão final de desagregação”, pois a criação, a extinção e a modificação de autarquias locais integram a reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República (alínea n) do artigo 164.º da Constituição), não competindo, por isso, aos órgãos autárquicos determinar a desagregação de freguesias e que não se integra na esfera de competências das autarquias.

Em face do exposto, a propósito deste procedimento especial para a “reversão” de freguesias criadas ao abrigo da reforma de 2013 com a finalidade de corrigir a reorganização

² Esta é uma condição necessária, podendo então dizer-se que Assembleia Municipal tem um poder de veto da criação da nova freguesia.

administrativa levada a cabo, decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro acompanhamos a doutrina sufragada por ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, FERNANDA PAULA OLIVEIRA, CARLOS JOSÉ BATALHÃO E LUÍS FILIPE MOTA ALMEIDA, Lei da Criação de Freguesias, Anotada, AEDREL, Braga, 2022 e também a jurisprudência do nosso tribunal constitucional quando referem que este é um procedimento complexo que exige uma instrução e uma fundamentação especialmente exigente, mediante a observância de todos os requisitos previstos na lei para a criação das freguesias quanto à prestação de serviços às populações, quanto à eficácia e eficiência da gestão pública e quanto à população e território exceto as exigências quanto à área das freguesias e quanto à obrigatoriedade de território contínuo. Com efeito, o procedimento dito de “simplificado” previsto no artigo 25º obriga a percorrer todo um caminho legalmente previsto para a criação da nova freguesia, como a apresentação de uma proposta de criação nos detalhados termos do artigo 10º; apreciação pela assembleia de freguesia, nos termos do artigo 11º; apreciação pela assembleia municipal, nos termos do artigo 12º e a apreciação e aprovação pela Assembleia da República.

CONCLUSÃO:

1. Os requisitos previstos na Lei são de verificação cumulativa e obrigatória, à luz do quadro atualmente em vigor, conforme entendimento sufragado pela DGAL;
2. *In casu*, a pretensão de desagregação não cumpre objetivamente o critério de “população” previsto no nº 1, da alínea a) do artigo 7º em referência, que obriga a que o número de eleitores de ambas as freguesias – a de origem e a criar - não pode ser inferior a 750 eleitores, conforme é, aliás, referido expressamente pela União de Freguesias proponente.

A Diretora do Departamento Jurídico,